

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 1.879, DE 2003

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação na Internet da relação de proprietários e diretores das empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e dá outras providências.

Autor: Deputado EDSON DUARTE

Relator: Deputado NELSON PROENÇA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.879, de 2003, de autoria do ilustre Deputado Edson Duarte, dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação na rede mundial de computadores da relação de proprietários e diretores das emissoras de rádio e televisão.

O autor da proposição argumenta que a escassez de mecanismos efetivos colocados à disposição do cidadão para aferir a concentração dos meios de comunicação torna difícil a prática do controle social sobre a propriedade dos veículos da mídia.

Por esse motivo, defende a necessidade da instituição de instrumento normativo que possibilite à população o fácil acesso às informações referentes às outorgas concedidas às emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição determina que o Poder Executivo divulgue de forma detalhada na Internet os dados relativos às concessões, permissões e autorizações outorgadas pelo Poder Público, bem com as informações concernentes à direção e à composição do capital social das emissoras de rádio e televisão.



Conforme despacho da Mesa da Câmara dos Deputados, a proposição em análise deverá ser apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No decorrer do prazo regimental, não foram apresentadas, nesta Comissão, emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A diversidade das fontes de informação emerge hoje como fundamento essencial para a manutenção do regime democrático no País. O poder das emissoras de radiodifusão sobre a opinião pública torna estritamente necessário que o Poder Público adote severas medidas para combater a concentração dos meios de comunicação.

Por esse motivo, o legislador constituinte optou por estabelecer restrições à propriedade das emissoras de rádio e televisão. No entanto, o controle social sobre esse ditame constitucional é extremamente dificultado pela ausência de dispositivos práticos que permitam o exame público das informações concernentes às outorgas de radiodifusão.

Conquanto os Decretos e Portarias do Poder Executivo que tratam de concessões, permissões e autorizações para os serviços de rádio e televisão sejam publicados no Diário Oficial da União, o cidadão comum não dispõe de banco de dados consolidado com todas as informações acerca das outorgas em vigência no País. O fato torna praticamente impossível a aferição do cumprimento das normas legais que limitam a propriedade das emissoras de radiodifusão.



Em que pese a louvável iniciativa do Ministério das Comunicações de divulgar na Internet, a partir de 26 de novembro de 2003, a composição acionária das emissoras de rádio e TV em operação no País, somos da opinião de que os dados colocados à disposição da população sejam complementados de acordo com a especificação prevista na proposição em apreço.

Por esse motivo, consideramos de profundo interesse público a iniciativa do autor do Projeto de Lei em análise de instituir mecanismo legal com o objetivo de obrigar que o Poder Executivo divulgue na rede mundial de computadores a relação dos responsáveis pelas emissoras de radiodifusão, bem como outras informações referentes às outorgas concedidas.

Entendemos que a proposição em apreciação se revela meritória por constituir-se em instrumento de transparência na execução de políticas públicas no segmento da comunicação social.

No intuito de conferir maior abrangência ao Projeto, optamos por acatar a sugestão do nobre Deputado Marcelo Barbieri de também obrigar a publicação na rede mundial da relação das rádios comunitárias autorizadas a operar. Nesse sentido, o disposto na Emenda nº 1 obriga o Poder Executivo a publicar na Internet a lista das associações e fundações autorizadas a prestar o serviço de radiodifusão comunitária, bem como a relação de seus diretores.

Além disso, para dar melhor entendimento ao texto do Projeto, elaboramos a Emenda nº 2. A Emenda substitui a expressão “sócios” por “proprietários” no inciso III do art. 1º da proposição.

Por fim, cumpre-nos ressaltar que o relatório elaborado por este Relator se baseou no parecer apresentado à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática no ano de 2003 pelo então Relator do Projeto em análise, Deputado João Castelo, que não foi apreciado em tempo hábil por esse órgão.



Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.879, de 2003, com as Emendas apresentadas.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado NELSON PROENÇA
Relator



PL 1879 - 2003.sxw

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 1.879, DE 2003

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação na Internet da relação de proprietários e diretores das empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se o inciso VI ao art. 1º, com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

...

VI – A relação de todas as associações e fundações autorizadas a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, assim como a relação dos diretores de cada uma delas”.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado NELSON PROENÇA
Relator



4D398DC253

PL 1879 - 2003.sxw

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 1.879, DE 2003

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação na Internet da relação de proprietários e diretores das empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e dá outras providências.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao inciso III do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º ...

...

III – a relação dos proprietários e diretores das empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens cujas outorgas para prestação do serviço estejam em vigor, assim como a relação dos proprietários e diretores das pessoas jurídicas que sejam proprietárias de empresas de radiodifusão, diretamente ou por meio de encadeamento.

...“.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado NELSON PROENÇA
Relator



4D398DC253

PL 1879 - 2003.sxw

4D398DC253

